

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax:

5517844

Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO

Trigésima Nona Sessão Ordinária

27 de Setembro a 01 de Outubro de 2021

Addis Abeba, Etiópia

EX.CL/1280(XXXIX)

Original : Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE
REFORMAS ESTRUTURAIS**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: 251-115- 517 700 Website:
www.au.int

HRM47/47/34/10

Reunião do Subcomité de Reformas Estruturais
22 de Julho de 2021
Adis Abeba, Etiópia

Original: Inglês

DOCUMENTO FINAL

I. Introdução

1. O Subcomité de Reformas Estruturais reuniu-se em formato virtual no dia 22 de Julho de 2021, sob a presidência de S.Ex.^a Churchill Ewumbue-Monono, Embaixador da República dos Camarões e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas e Presidente do Subcomité de Reformas Estruturais.

2. A reunião contou com a participação dos seguintes Estados-membros:

- | | | | |
|------------------|--------------------|-----------------------------------|-----------------|
| • Argélia | • Guiné Equatorial | • Líbia | • Somália |
| • Angola | • Eritreia | • Madagáscar | • África do Sul |
| • Botswana | • Etiópia | • Maurícias | • Tanzânia |
| • Burkina Faso | • Gabão | • Marrocos | • Togo |
| • Camarões | • Gâmbia | • Namíbia | • Zâmbia |
| • Côte d' Ivoire | • Gana | • Nigéria | • Zimbabwe |
| • Djibuti | • Guiné | • Rep. Árabe Saharawi Democrática | • |
| • Egípto | • Quénia | • Seychelles | • |

3. O Presidente, S.Ex.^a Embaixador da República dos Camarões procedeu a abertura da reunião e agradeceu aos delegados dos Estados-membros presentes pelo seu compromisso. Saudou igualmente os Representantes da Comissão. Informou à reunião que o Embaixador da República Argelina Democrática e Popular, S.Ex.^a Sr. Salah Francis ELHAMDI, passou a presidência do Subcomité para a nova Mesa durante uma reunião realizada no dia 22 de Junho de 2021.

4. O Presidente S.Ex.^a Embaixador da República dos Camarões agradeceu igualmente S.Ex.^a Sr. ELHAMDI, Embaixador da República Argelina Democrática e Popular pela sua presidência e felicitou-o pelo trabalho realizado pelo Subcomité sob a sua presidência.

5. O Presidente, S.Ex.^a Embaixador da República dos Camarões, informou igualmente à Reunião que a Mesa do Subcomité reuniu-se no dia 07 de Julho de 2021 para discutir o calendário do Subcomité de Reformas Estruturais com vista a proceder à revisão das estruturas que já estão prontas. A Reunião da Mesa decidiu dividir a lista das sete (7) estruturas em dois grupos: o grupo (prioridade 1) no qual as estruturas foram previamente analisadas e necessitavam de pequenas alterações, e o grupo (prioridade 2) no qual as estruturas eram novas e nunca tinham sido analisadas. A reunião da Mesa decidiu igualmente sobre a data da sessão conjunta com o Subcomité de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Orçamentais, Administrativas e Financeiras, realizada no dia 12 de Julho de 2021 para proceder à revisão do relatório de progresso da implementação do Plano de Transição.

II. Relativamente à Adopção da AGENDA

6. O Presidente, apresentou o seguinte projecto de agenda proposto para a reunião:

- i. Observações de Abertura do Presidente do Subcomité;
- ii. Adopção da Agenda;

- iii. Análise das Estruturas a serem aprovadas pela Sessão do Conselho Executivo de Julho de 2021:
 - Representação Permanente da UA na China;
 - Gabinete dos Serviços de Protecção e Segurança da CUA;
 - Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC); e
 - Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP).
- iv. Diversos.

7. Foi feito um comentário pelo Secretariado de que o MAAP pretendia apresentar a sua estrutura antes dos demais Escritórios devido a uma emergência. O Presidente insistiu que, dada a importância das alterações introduzidas na estrutura proposta para o Escritório, seria melhor iniciar com os Escritórios em que as alterações eram menores e que o MAAP seria o terceiro Escritório a apresentar a sua estrutura. Por conseguinte, foi adoptada a seguinte agenda:

- i. Observações de Abertura do Presidente do Subcomité;
- ii. Adopção da Agenda;
- iii. Análise das Estruturas a serem aprovadas pela Sessão do Conselho Executivo de Julho de 2021:
 - Representação Permanente da UA na China;
 - Gabinete dos Serviços de Protecção e Segurança da CUA;
 - MAAP; e
 - ECOSOCC.
- iv. Diversos.

III. ANÁLISE DAS ESTRUTURAS A SEREM APROVADAS PELA SESSÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DE OUBTUBRO DE 2021

A. REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DA UA NA CHINA

8. O Director Interino da Direcção de Gestão de Recursos Humanos apresentou a estrutura revista para o Escritório de Representação Permanente da UA na China com base em todas as preocupações e sugestões levantadas pelos Estados-membros durante a Reunião realizada em Junho de 2020. Esclareceu que a implicação financeira da estrutura proposta era de US\$ 1.062.495. Informou igualmente à Reunião que o Chefe da Missão, S. Exc.^a Embaixador Osman estava online para apresentar detalhes da nova proposta e que seria apoiado pelo Parceiro Comercial de Recursos Humanos (HRBP), que auxiliou o Escritório na elaboração da proposta, sempre que necessário.

9. O Chefe da Missão tomou a palavra e explicou à Reunião que a proposta revista foi elaborada com base nos comentários dos Estados-membros, tendo em mente o mandato do Escritório. Lembrou à Reunião que a estrutura proposta era relativamente simples, em comparação com demais Escritórios de Representação Permanente da UA, tendo sido proposto um total de apenas onze (11) funcionários; e foi elaborada em conformidade com o mandato do escritório e tendo em consideração as restrições orçamentais.

10. O Presidente da Reunião agradeceu ao Chefe da Missão e concedeu a palavra para a reacção dos Estados-membros à proposta. Os Estados-membros manifestaram as seguintes preocupações:

- a) Solicitaram que as apresentações fossem mais abrangentes aquando da apresentação dos relatórios ou da proposta;
- b) Manifestaram a sua preocupação pelo facto de não existir um organograma que indicasse claramente as linhas de subordinação;
- c) Pediram esclarecimentos quanto à aprovação da estrutura do Escritório, havendo no entanto uma decisão de reestruturação de todas as Representações Permanentes, bem como dos Escritórios de Ligação;
- d) Informaram que a Comissão deveria ter em conta um recrutamento faseado, tendo em conta o impacto nas economias dos Estados-membros;
- e) Pediram esclarecimentos sobre a sequência de eventos entre a adopção da estrutura e a assinatura do Acordo de Acolhimento. Questionaram igualmente se é normal celebrar um acordo de acolhimento com países fora de África;
- f) Levantaram igualmente a preocupação em relação às categorias dos postos profissionais - alguns postos são na categoria P3 e um (1) é P2. Recomendaram que os mesmos fossem alinhados e os postos fossem atribuídos na categoria P3;
- g) Propuseram uma alteração da denominação dos postos profissionais da seguinte forma:
 - Oficial Sénior de Políticas responsável pela Cooperação Económica e Comercial;
 - Oficial Sénior de Políticas responsável pela Cooperação Técnica, Ciência, Tecnologia e Educação;
 - Oficial Sénior de Políticas responsável pela Promoção da Cultura, Turismo e Envolvimento da Diáspora.
- h) Levantaram outra questão quanto ao pessoal local do escritório, os Estados-membros pediram esclarecimento quanto à contratação de pessoal local, uma vez que a China não era um país africano, quer esse pessoal seja africano a viver na China ou chinês;
- i) Levantaram a questão do desequilíbrio em termos de linhas de subordinação na estrutura; onde o Chefe da Missão é da categoria P6 (funcionário de indicação política) e os Funcionários Técnicos, os seus subordinados directos, são da categoria P3 e P2. Sugeriram que fosse colocado um Oficial Sénior nas categorias P4 ou P5;
- j) Recordaram à Comissão a garantir que não houvesse duplicação nos cargos relativos ao Oficial de Administração e Finanças na categoria P2 e do Assistente de Administração e Contabilidade na categoria GSA5. Sugeriram que fosse eliminada a categoria GSA5;
- k) Os Estados-membros solicitaram ainda à Comissão que harmonizasse o título do escritório no projecto de proposta, uma vez que a designação se altera muitas vezes ao longo do documento.

11. A Comissão respondeu às preocupações e questões dos Estados-membros, prestando os seguintes esclarecimentos:

- a) Quanto à preocupação dos Estados-membros em relação à falta de um organograma, a Comissão pediu desculpa e partilhou o organograma na caixa de mensagens da plataforma zoom para permitir aos Estados-membros ver o organograma enquanto analisam a proposta;

- b) No que diz respeito aos esclarecimentos solicitados pelos Estados-membros aquando da aprovação da estrutura do escritório, embora tenha sido decidido proceder a uma reestruturação de todas as Representações Permanentes, bem como dos Escritórios de Ligação, a Comissão esclareceu que este escritório não faz parte do processo de reestruturação, uma vez que nunca teve uma estrutura.
- c) A Comissão pediu desculpa aos Estados-membros por não ter aprofundado demasiado os pormenores durante a apresentação, pois o entendimento foi de que a estrutura havia sido revista e discutida em reuniões anteriores pelos Estados-membros e esta reunião destinava-se apenas a analisar a proposta revista com base nos resultados das reuniões anteriores;
- d) Quanto à questão colocada sobre o trabalho do Escritório, se se trata de cooperação bilateral ou de promoção dos Estados-membros africanos, a Comissão respondeu que o trabalho do Escritório é essencialmente para a promoção da Agenda 2063;
- e) Quanto ao pedido de esclarecimento sobre o acordo de acolhimento, a Comissão confirmou que a China tem acordos de acolhimento com vários Escritórios que estão abertos naquele país. Não celebraram acordos de acolhimento com países. A Comissão esclareceu ainda que não houve uma sequência determinada quanto ao facto do acordo de acolhimento ser assinado antes da estrutura ser aprovada ou o contrário. A Comissão explicou que o acordo de acolhimento trata dos princípios gerais do direito internacional e dos direitos e obrigações da União Africana como organização e não tem qualquer ligação com a estrutura, podendo igualmente demorar muito tempo para finalizar o acordo de acolhimento, uma vez que pode demorar até um (1) ano;
- f) A Comissão informou à reunião que têm tido dificuldade em encontrar pessoal de apoio decente de origem africana e plenamente fluente na língua. Neste momento, o Escritório terceiriza o serviço de secretariado ao pessoal local chinês;
- g) A Comissão esclareceu que a proposta inicial previa um funcionário na categoria P4 para exercer o cargo de Adjunto, liderando tecnicamente uma das áreas temáticas, mas os Estados-membros solicitaram à Comissão que reduzisse o posto para a categoria P3, de modo a reduzir os custos, o que foi feito na presente proposta. No entanto, a Comissão acolheu favoravelmente a sugestão dos Estados-membros de ter todos os cargos profissionais na categoria P3;
- h) A Comissão esclareceu que o posto de Assistente de Administração e Contabilidade foi introduzido na proposta porque a função de apoio do Oficial de Administração e Finanças exigia diversas funções que necessitavam de segregação;
- i) As funções de Limpeza e de Estafeta foram combinadas na proposta, contudo as sugestões dos Estados-Membros para a fusão da função de Recepcionista com estas duas funções poderão ser difíceis tendo em conta a diferença de escalões e o facto do Recepcionista ser uma função administrativa;

- j) A Comissão esclareceu que a designação oficial do escritório é: Escritório da Representação Permanente da UA na China.

12. Na sequência do esclarecimento da Comissão, a decisão do Presidente foi a seguinte:

- A estrutura seja adoptada tendo em conta os comentários e sugestões dos Estados-membros;
- Há um acordo para tornar a estrutura mais simples, eliminando o posto de Assistente de Administração e Contabilidade na categoria GSA4;
- Há necessidade de harmonizar a estrutura com outros Escritórios de Representação Permanente no que diz respeito ao posto de Jurista.

B. Gabinete dos Serviços de Protecção e Segurança da CUA

13. O Director Interino da Direcção de Gestão de Recursos Humanos apresentou a estrutura revista do Gabinete de Serviços de Protecção e Segurança da CUA. Esclareceu que a implicação financeira de US\$ 5.613.143, é inferior em US\$ 107.854 à estrutura inicialmente aprovada, que era de US\$ 5.720.997. Informou igualmente à reunião que o Oficial Responsável pelo Gabinete, Sr. Moussa Mahamat Zene, estava online para apresentar detalhes sobre a nova proposta e que seria auxiliado pelo Parceiro Comercial de Recursos Humanos (HRBP) que prestou assistência ao Gabinete na elaboração da proposta, sempre que necessário.

14. O Oficial Responsável tomou a palavra e apresentou a proposta revista do Gabinete. Explicou aos Estados-membros que o pedido para esta revisão da estrutura ocorreu depois da saída do anterior Chefe e do facto de que o oficial hierarquicamente mais alto depois do Chefe na categoria P5 era um na categoria P2, quando na estrutura anterior, havia um posto para Chefe Adjunto do Gabinete. A proposta apresentada aos Estados-membros visa uma redução do número de funcionários de 113 para 111, com um Chefe Adjunto do Gabinete na categoria P4 ou P5, ambos com menos implicações financeiras.

15. O Gabinete do Conselheiro Jurídico esclareceu à reunião que não existe qualquer questão jurídica para o Subcomité proceder à revisão de uma estrutura sem uma decisão dos Órgãos Deliberativos, uma vez que a questão foi levantada pelos Estados-membros no início da reunião.

16. O Presidente da Reunião agradeceu ao Sr. Zene e concedeu a palavra para a reacção dos Estados-membros à proposta. Os Estados-membros acolheram com agrado a proposta e aprovaram o posto de Chefe Adjunto na categoria P4.

17. A Comissão respondeu agradecendo aos Estados-membros pelo seu apoio à estrutura revista.

18. Na sequência da resposta da Comissão, a decisão do Presidente foi a seguinte:

- Os Estados-membros aprovaram a estrutura proposta com o posto de Chefe Adjunto, na categoria P4.

C. MAAP

19. O Director Interino da Direcção de Gestão de Recursos Humanos apresentou a proposta do MAAP e informou à reunião que o Director Executivo do MAAP, Prof. Edward Maloka, estava online para prestar detalhes sobre a proposta e que seria auxiliado pelo Parceiro Comercial de Recursos Humanos (HRBP) que prestou assistência ao Escritório na elaboração da proposta, sempre que necessário.

20. O Director Executivo do MAAP, Prof. Maloka, tomou a palavra e apresentou a proposta revista do escritório. Explicou aos Estados-Membros que em 2019 foi aprovada uma estrutura provisória pelos Órgãos Deliberativos. Para além disso, em 2020, a Decisão da Conferência, Assembly/AU/Dec.758 (XXXIII), de Fevereiro de 2020, determinou sobre a adopção do Estatuto do MAAP (2020) e do Regulamento Interno do Fórum do MAAP. O Prof. Maloka lembrou igualmente à Reunião que, ao longo dos anos, o mandato do MAAP foi alargado, contudo, a sua estrutura actual não teve em conta esse facto e que, na sequência da decisão da Conferência de Fevereiro de 2020, foi solicitado ao MAAP que apresentasse uma estrutura que garantisse o cumprimento do seu mandato principal. A proposta apresentada aos Estados-membros mostrou um aumento do número de postos de 67 para 157, e que a estrutura actual foi alinhada à estrutura de outros Órgãos da UA. Informou igualmente à Reunião que o MAAP pretende preencher a estrutura ao longo de um período de três anos através de uma abordagem faseada.

21. O Presidente da Reunião agradeceu ao Prof. Maloka e deu a palavra para a reacção dos Estados-membros à proposta. Os Estados-membros fizeram os seguintes comentários sobre a proposta:

- a) Os Estados-membros acolheram com agrado a estrutura que permitiria ao MAAP cumprir o seu mandato, mas solicitaram que a mesma fosse racionalizada;
- b) Recordaram à Comissão que, devido às realidades actuais, o recrutamento deveria ser feito de uma forma realista, faseada e acessível;
- c) Concordaram haver a necessidade de realçar a importância estratégica do MAAP em termos de boa governação, Estado de Direito e direitos humanos, que são essenciais para o projecto de desenvolvimento do continente;
- d) Os Estados-membros acolheram com agrado a proposta do MAAP de recrutamento faseado para a estrutura proposta;
- e) Os Estados-membros apoiaram, em princípio, a estrutura proposta, que deveria ser racionalizada e implementada de uma forma realista, faseada e acessível.
- f) Recordaram ainda ao MAAP que a reestruturação deveria ser sem implicações financeiras, de acordo com a decisão dos Estados-membros;
- g) Foram feitas as seguintes propostas para a racionalização da estrutura:
 - Esclarecer se a função de Oficial Sénior de Mobilização de Recursos será desempenhada pela Direcção de Gestão de Parcerias e Mobilização de Recursos (PMRM) e se o pessoal será destacado a partir da PMRM;
 - Racionalizar para apenas um Jurista - assim, em vez de 3 Juristas, um posto poderia ser racionalizado e os outros dois poderiam partilhar as responsabilidades;
 - Racionalizar a função dos Assistentes Administrativos;
 - Acrescentar a juventude ao Oficial Sénior de Avaliação dos Países para a Direcção de Avaliação dos Países;

- Racionalizar o número de Oficiais Seniores (P3) na estrutura, uma vez que poderá estar a duplicar esforços;
 - Reduzir a categoria da Divisão de Planificação Estratégica para Unidade de Planificação Estratégica;
 - Eliminar o Oficial de Ligação Principal do MAAP junto da UA (P4) e o Oficial de Ligação do MAAP junto da UA (P2) e ter um Oficial de Ligação Sénior do MAAP junto da UA (P3);
 - Eliminar o posto de Oficial de Coordenação Principal para a Estrutura do MAAP (P3), como deveria ser feito pelo Director Executivo;
 - Eliminar o cargo de Oficial Sénior de Risco (P3);
 - Eliminar a Divisão de Cooperação Técnica e Mobilização de Recursos (P5);
 - Reduzir a categoria de Oficial Principal de Informação e Comunicação (P4) para Oficial Sénior de Informação e Comunicação (P3);
 - Eliminar o posto de Oficial Sénior de Informação e Comunicação (P3);
 - Reduzir a categoria de Oficial de Desenho Gráfico/Multimédia (P2) para Oficial Júnior de Desenho Gráfico/Multimédia (P1);
 - Reduzir a categoria de Chefe da Divisão de Gestão de Conferências (P5) para P4;
 - Eliminar o posto de Tradutor/Intérprete x 2 (P4) e ter apenas Tradutor x 2 (P3);
 - Reduzir a categoria do Oficial de Documentação (P2) para P1;
 - Reduzir a categoria de Oficial de Conferências (P2) para P1;
 - Eliminar o posto de Oficial Sénior de Aviso Prévio e Prevenção de Conflitos (P3);
 - Eliminar o posto de Oficial de Aviso Prévio e Prevenção de Conflitos (P2);
 - Eliminar a Divisão de Avaliação (P5).
 - Esclarecer a relação entre os Oficiais de Investigação na Direcção de Governação e Elaboração de Relatórios Especializados, os Oficiais (Seniores) de Avaliação dos Países na Direcção de Avaliação dos Países e os Oficiais de Avaliação na Direcção de M&A - se são semelhantes ou as mesmas áreas temáticas e a necessidade de coordenação.
- h) Os Estados-membros solicitaram ao MAAP a proceder à revisão da estrutura com base nos comentários e sugestões dos Estados-membros e a voltar a apresentar ao Subcomité de Reformas Estruturais antes da aprovação da estrutura.

22. A Comissão respondeu às preocupações e questões dos Estados-membros, prestando os seguintes esclarecimentos:

- a) O MAAP agradeceu os Estados-membros pelo seu apoio e reconheceu a necessidade de proceder à revisão da proposta com base na proposta dos Estados-membros;
- b) O MAAP abordou a preocupação dos Estados-membros quanto às implicações financeiras, sublinhando que, dado o mandato alargado, haverá alguma implicação financeira. No entanto, o MAAP declarou que a proposta será revista de modo a reduzir ao mínimo;
- c) O MAAP esclareceu igualmente que, pelo facto do trabalho do MAAP ser altamente técnico, há necessidade de ter mais pessoal profissional que possa executar tarefas técnicas e elaborar relatórios especializados;

- d) O MAAP esclareceu ainda que alguns dos postos propostos estavam de acordo com as normas internacionais e IPSAS, de modo a garantir a segregação de funções e evitar futuras interrogações de auditoria;

23. Na sequência do esclarecimento do MAAP, a decisão do Presidente foi a seguinte:

- Os Estados-membros solicitaram que o MAAP e a Comissão voltem e revejam a estrutura a ser apresentada aos Estados-membros numa reunião posterior.

D. Secretariado do ECOSOCC

24. O Director Interino da Direcção de Gestão de Recursos Humanos apresentou a proposta do Secretariado do ECOSOCC e informou à reunião que o Chefe do Secretariado, Sr. William Carew estava online para lhes apresentar detalhes da proposta e que seria apoiado pelo Parceiro Comercial de Recursos Humanos (HRBP) que prestou assistência ao Escritório na elaboração da proposta, sempre que necessário.

25. O Chefe do Secretariado tomou a palavra e apresentou a proposta revista do Escritório. Começou por agradecer aos Estados-membros pela aprovação da primeira estrutura que levou à transferência do Secretariado em 2019, para Lusaka, Zâmbia. Explicou à Reunião que, quando a estrutura foi aprovada, alguns postos essenciais foram omitidos, o que constitui agora um desafio para que o escritório funcione e cumpra plenamente o seu mandato. A proposta apresentada para revisão pelos Estados-membros prevê um aumento do número de funcionários de 27 para 37.

26. O Presidente da Reunião agradeceu ao Sr. Carew e deu a palavra aos Estados-membros para apresentarem as suas reacções sobre a proposta. Os Estados-membros teceram os seguintes comentários relativamente à proposta:

- a) Os Estados-membros acolheram com agrado a proposta e apoiaram a estrutura com as seguintes ligeiras alterações:
- Transferir o posto de Oficial de Protocolo (P2) para o Gabinete do Secretário Executivo e deve ser reduzido à categoria (P1);
 - Reduzir o Chefe de Administração e Finanças à categoria P4;
 - Manter o Chefe de Programas na categoria P5;
 - Corrigir o posto na categoria GSA7, uma vez que a nomenclatura da UA não tem essa classificação;
 - Reduzir o posto de Oficial Principal de Projectos e Parcerias da categoria P4 para P3;
 - Reduzir o posto de Oficial de Programas Sénior da categoria P3 para P2;
 - Reduzir o posto de Oficial Principal de Envolvimento das OSC da categoria P4 para P3;
 - Reduzir o posto de Oficial de Programas Sénior da categoria P3 para P2;
 - Reduzir o posto de Oficial Sénior de RH da categoria P3 para P2;
 - Terceirizar os serviços de segurança;
 - Adicionar o posto de Assistente de RH;
 - Transferir o posto de Documentalista (GSA5) para o Oficial Principal de Comunicações (P4);

- Reduzir o posto de Oficial Principal de Comunicações da categoria P4 para P3;
 - Reduzir o posto de Oficial de Multimédia da categoria P2 para P1;
 - Combinar as funções de Oficial de Multimédia (P2) e de Coordenador de Divulgação (P2) e reduzir para a categoria P1, uma vez que o Oficial Principal de Comunicação pode fornecer informações ao DIC para divulgação do trabalho do ECOSOCC;
 - Racionalizar a posição de Assistente de Aprovisionamento de dois para um
- b) Os Estados-membros pediram ainda esclarecimentos sobre o mandato do Secretariado com base na estrutura proposta, pois parece que o Secretariado e a Comissão estão a fazer o mesmo trabalho. Sugeriram ainda que a estrutura proposta deveria ser realinhada de modo a permitir ao ECOSSOC cumprir o seu mandato;
- c) Pediram igualmente esclarecimentos sobre o posto de Oficial de Programas de Mobilização de Recursos e o nível de relação com a Direcção de Parcerias e Mobilização de Recursos;
- d) Levantaram a preocupação quanto a necessidade do recrutamento de uma forma planificada, faseada e acessível;
- e) Apoiaram a estrutura com as alterações;

27. O Secretariado respondeu às preocupações e questões dos Estados-membros prestando os seguintes esclarecimentos:

- a) O Secretariado esclareceu que o mandato do Secretariado é diferente do mandato da CIDO;
- b) O Secretariado reafirmou à reunião que esta estrutura proposta está alinhada às estruturas de outros Órgãos, embora se mantenha simples;
- c) O Secretariado acolheu favoravelmente as sugestões dos Estados-membros no sentido de racionalizar a estrutura;
- d) Garantiram ainda aos Estados-membros que a implementação da estrutura será faseada.

28. Na sequência do esclarecimento do Secretariado, a decisão do Presidente foi a seguinte:

- Os Estados-membros apoiaram a estrutura com as alterações que propuseram.

IV. CONCLUSÃO

29. O Presidente, S.Ex.^a o Embaixador da República dos Camarões procedeu ao encerramento da sessão depois de agradecer aos seus colegas pela sua participação na Reunião. Informou à reunião que o relatório seria elaborado pelo Secretariado e distribuído a todos os Estados-membros. Informou ainda que seriam realizadas reuniões subsequentes para proceder à revisão das restantes estruturas e para adoptar o relatório, assim como as estruturas discutidas, que seriam então apresentadas ao CRP para a sua apreciação.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251- 115- 517 700 Website: www.au.int

HRM51179 – 61/61/22/10

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÉ DE REFORMAS ESTRUTURAIS 13 e 27 de Agosto de 2021- VIRTUAL

Sessão de 13 de Agosto de 2021

I. INTRODUÇÃO

1. O Subcomité de Reformas Estruturais reuniu-se a 13 de Agosto de 2021 sob a presidência de S.E. Churchill Ewumbue - Monono, Embaixador e Representante Permanente da República dos Camarões junto da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para Africa. A União Africana foi representada pela Vice-Presidente da Comissão, S.E. Dra. Monique NSANZABAGANWA, acompanhada pela Funcionária Responsável pela Direcção de Recursos Humanos, na sua qualidade de Chefe do Secretariado do Subcomité.

2. A Reunião contou com a participação de todos os Estados-membros, a saber:

Argélia	Gâmbia	Ruanda
Angola	Gana	República Sarauí
Botswana	Guiné	Senegal
Burkina Faso	Libéria	Seishelles
Camarões	Malawi	Somália
Congo	Maurícias	África do Sul
Egipto	Marrocos	Tanzânia
Guiné Equatorial	Moçambique	Togo
Eritreia	Namíbia	Uganda
Eswatini	Níger	Zâmbia
Etiópia	Nigéria	Zimbabwe

3. Sua Excelência o Embaixador da República dos Camarões deu boas-vindas aos participantes da reunião e apresentou o projecto da Agenda proposta. A agenda foi adoptada com a emenda no ponto número "3. Exame das Estruturas a serem aprovadas pela Sessão do Conselho Executivo de Julho de 2021" ficando com a seguinte redacção: "3. Apreciação das Estruturas a serem aprovadas pela Sessão do Conselho Executivo de Julho de 2021".

II. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO MECANISMO AFRICANO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES (MAAP)

4. O Secretariado lembrou a Reunião que a estrutura do MAAP foi anteriormente analisada pelo Subcomité de Reformas Estruturais a 22 de Julho e, subsequentemente, pela sua Mesa a 6 de Agosto de 2021. O Órgão tinha feito alterações à sua proposta, incorporando as recomendações feitas durante essas reuniões. Presentemente, a estrutura proposta incluía 116 postos de trabalho, com um orçamento de 11.599.573 dólares americanos.
5. O Prof. Eddy Maloka, Director Executivo do MAAP, apresentou a estrutura revista deste Órgão de acordo com as recomendações feitas pelo Subcomité na sua sessão de 22 de Julho e na reunião da Mesa de 6 de Agosto. Ele informou que o MAAP tinha eliminado 41 postos e, subsequentemente, reduzido 40% do orçamento da proposta inicial.
6. O Presidente lembrou ao Director Executivo do MAAP que, durante a sua reunião de 6 de Agosto, a Mesa recomendou que MAAP revisse as categorias, reduzindo postos de escalão P3 e aumentando os de P1 e P2. Depois de salientar que MAAP tinha feito reduções substanciais, o Presidente deu a palavra aos Estados-membros para comentários.
7. Os participantes da Reunião saudaram os esforços feitos pelo MAAP, incorporando os comentários dos Estados-membros, reajustando a sua estrutura nesse sentido e propor uma estrutura mais simples e eficiente.
8. Contudo, foram ainda levantadas preocupações com relação a problemas de duplicação e sobreposição de funções no âmbito da estrutura proposta.
9. Foi proposta a redução do número de funcionários do escalão P3, de 5 para 3, dentro da Divisão de Administração e Relatórios, a fim de ter uma estrutura mais simples e mais eficiente.
10. Sugeriu-se que os postos de Planificação Estratégica, Protocolo, Bibliotecário e Documentalista fossem mais racionalizados.
11. Foram solicitados mais esclarecimentos sobre as funções administrativas dos Serviços Gerais, especialmente no que diz respeito às funções de Viagens, Finanças e Aquisições.
12. Foi proposto que o MAAP revisse o seu Plano de Recrutamento, a fim de garantir a capacidade de financiamento dos Estados-membros.
13. Os Estados-membros também solicitaram um anexo ao relatório do CRP e do Conselho Executivo, que deve incluir as descrições das funções e qualificações exigidas para os cargos.

14. Reconheceram que o MAAP passou por um processo muito rigoroso, discussões prolongadas e apresentou uma estrutura muito simples que satisfazia as expectativas dos membros do Subcomité. Consequentemente, expressaram um forte apoio à estrutura do MAAP tal como foi proposta.

15. Foram manifestadas preocupações sobre a falta de abordagem científica que é utilizada para considerar e desenvolver as estruturas da União. Foi veementemente sugerido que fossem desenvolvidas directrizes para orientar a concepção e consideração das estruturas da União de uma forma mais sistemática.

16. Uma proposta para preparar directrizes que orientarão os debates sobre as estruturas propostas de uma forma mais objectiva, no âmbito da reforma global da União.

17. O Director Executivo do MAAP apoiou fortemente a sugestão de se ter directrizes para estabelecer ligação ente o Orçamento, Estrutura e Mandato. No que diz respeito às sugestões dos Estados-membros para racionalizar mais postos, o Director Executivo sugeriu que isso pode não ser realista. Apelou à Reunião para que permita que o MAAP funcione com os mesmos padrões de qualidade de órgãos semelhantes e agências da União. Reiterou que o Órgão já tinha cortado os seus postos "até ao extremo" e não podia possivelmente fazer mais cortes, reduções ou encolhimento ainda mais a estrutura proposta, uma vez que tal medida terá definitivamente impacto na qualidade do trabalho e na capacidade do Órgão de exercer eficazmente as suas funções. Sublinhou que o recrutamento pode ser faseado de forma a acomodar a propensão dos Estados-membros para pagar.

18. A Parceira em Recursos Humanos (HRBP) do MAAP tomou a palavra na qualidade de Perito em RH que apoiou o desenvolvimento da estrutura do MAAP. Ela salientou que a abordagem utilizada para rever a estrutura proposta se baseava na estrutura provisória aprovada, que tinha em conta a divisão de trabalho, as melhores práticas internacionais e as necessidades operacionais para permitir que o MAAP cumprisse o seu mandato. Teve igualmente em conta as questões suscitadas pela auditoria, bem como as especificidades e competências profissionais especializadas necessárias para as funções de elaboração de relatórios. Argumentou que alguns dos postos podem parecer duplicados, mas os funcionários estão ao serviço de diferentes países em diferentes regiões do continente. Ela indicou que se o MAAP reduzir mais postos, não será capaz de cumprir o seu mandato

19. O representante da MAAP esclareceu que as Áreas Temáticas do MAAP são as seguintes: Governação Política e Democracia, Governação Económica e Governação Empresarial. A nova e quinta área temática é a Resiliência do Estado. Estas são as áreas de enfoque do MAAP que abrange o seu mandato principal.

20. Foram prestados mais esclarecimentos sobre a redução de postos de trabalho e as implicações financeiras revistas pela HRBP do MAAP. Ela indicou que alguns dos postos já tinham sido aprovados com base na estrutura provisória e tinham pessoal

regular ocupando os cargos que já desempenhavam as funções. A representante do MAAP indicou que a redução baixou o orçamento de mais de 21 milhões de dólares para cerca de 11,6 milhões.

21. Conclusão e Recomendações

- a. Os Estados-membros apoiaram a estrutura apresentada como sendo pragmática, baseada nas necessidades e normalizada e apelaram que se faça um recrutamento faseado;
- b. Solicitaram à Comissão e à MAAP que harmonizassem os postos e apresentassem a estrutura ao MAAP no prazo de uma semana;
- c. Exortaram a Comissão a trabalhar com a Unidade de Implementação da Reforma e o Gabinete da Conselheira Jurídica, sob a supervisão da Vice-Presidente da CUA, para propor uma Directriz que assegure um quadro harmonizado e normalizado que permita aos Estados-membros considerarem as estruturas propostas de uma forma pragmática;
- d. Finalmente, solicitaram a inclusão no relatório que seria apresentado ao CRP da revisão das implicações em termos de custos da reclassificação e que se incluía igualmente um anexo de descrição das funções.

III. APRESENTAÇÃO DA E-UNIVERSIDADE VIRTUAL PAN-AFRICANA (PAVEU)

22. Ao apresentar a estrutura da PAVEU, o Secretariado saudou a presença de S.E. a Vice-Presidente da CUA, Dra. Monique Nsanzabaganwa e prosseguiu informando a Reunião que a estrutura proposta compreendia 14 postos com implicações financeiras na ordem de 1.213.359 dólares americanos.

23. A Presidente deu as boas-vindas a S.E. a Vice-Presidente da Comissão, Dra. Monique Nsanzabaganwa e deu a palavra ao Director dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia (RHCT), Dr. Mahama Ouegdraogo para apresentar a estrutura da Universidade Virtual Pan-Africana.

24. O Director reconheceu a presença de S.E. Vice-Presidente da Comissão e S.E. o Comissário da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ESTI) Indicou, posteriormente, que esta instituição visa permitir a implementação de um dos projectos emblemáticos da Agenda 2063 da UA, com sede em Yaoundé, nos Camarões. Acrescentou que desde o seu lançamento em 2018, tinha recebido várias candidaturas de 50 dos 55 países. Sublinhou que estavam a propor uma estrutura muito simples e conservadora, com o mínimo necessário para assegurar que a PAVEU cumpra o seu mandato de garantir a melhor qualidade no ensino superior aos seus compatriotas africanos.

25. A importância desta instituição foi enfatizada, especialmente nestes tempos da pandemia da COVID, quando os métodos de trabalho e aprendizagem à distância se tornaram muito relevantes.

26. Nas deliberações que se seguiram, os Estados-membros procuraram obter alguns esclarecimentos:

- Primeiro sobre o estatuto da PAVEU quer como um instituto anexo à Universidade Pan-Africana ou autónomo; e
- Comparações com outras instituições da União Africana e institutos semelhantes do mundo.

27. Foi proposta a elevação da Posição do Director de P5 para P6 ou D1, para harmonizar com outras instituições da União e alinhar com institutos semelhantes em todo o mundo.

28. Foi ainda sugerida a fusão dos cargos de Oficial de Desenvolvimento de Conteúdos com o de Designer de Instrução, bem como a remoção do Oficial de Apoio ao Estudante.

29. Foram levantadas preocupações quanto ao fosso muito grande entre os Funcionários Principais e o seu pessoal de apoio. Foi também salientado que as funções do TI fossem promovidas, uma vez que o aspecto tecnológico desta instituição era significativo.

30. Foi sugerido que esta instituição trabalhe em estreita colaboração com a PAU e envide esforços adicionais para assegurar adequada publicidade das disponibilidades dos postos de modo a que todos os nacionais dos Estados-membros sejam suficientemente informados e tirem proveito da mesma.

31. Levantou-se uma preocupação pelo facto de a estrutura ser apresentada em 2021, apesar de PAVEU estar agenda para entrar em funcionamento em 2023.

32. Solicitou-se que um apêndice com descrições de funções e qualificações seja fornecida no relatório que será apresentado ao CRP.

33. Em resposta aos comentários dos Estados-membros, a Comissária para a Ciência, Tecnologia e Inovação, S.E. Sarah Mbi Enow Anyang Agbor, assistida pelo Reitor Interino da UPA, informou a reunião que a proposta tinha sido feita com base em referências comparativas com outros institutos. Ela indicou que a UPA tem um Reitor e que os Chefes dos seus Institutos são chamados Directores, esclarecendo assim as questões sobre a harmonização do título do Chefe do Instituto. Indicou também que propõe-se que PAVEU trabalhe sob alçada da UPA. Actualmente, a CUA está a beneficiar-se da experiência de um funcionário destacado pelas Nações Unidas. Reiterou

também que o Departamento tinha assegurado uma ampla publicidade, informando todos os Estados-membros através de uma Nota Verbal.

34. O Reitor Interino da UPA agradeceu ao Governo dos Camarões pela generosa oferta sob a forma de funcionário destacado e instalações. Sublinhou que a estrutura proposta é a mínima necessária para que o Instituto possa entrar em funcionamento. Indicou, por conseguinte, que o pessoal nos postos terá funções multidisciplinares, nas quais desempenharão várias funções. Indicou que o cargo de P1 do Oficial de Apoio à Aprendizagem também exercerá as funções de Documentalista. Salientou ainda que cada posto proposto era muito distinto na sua natureza e não pode ser fundido com outro. As descrições das funções estavam disponíveis e serão partilhadas com o Subcomité. Quanto às línguas de trabalho, recordou que os Estatutos da UPA o prevêm e que são as mesmas da União.

35. **O Presidente** concluiu **os pontos da agenda da seguinte forma:**

- a. Os Estados-membros apoiam a estrutura proposta para a PAVEU que se encontra dentro do sistema UPA;
- b. Recomendar uma extensa promoção em todas as línguas de trabalho da UA para assegurar a participação de todos os Estados-membros;
- c. Apelam para que haja uma maior harmonização dos postos e que seja fornecido um anexo no relatório ao CRP contendo as descrições de funções;
- d. Reconhecem os esforços do Governo dos Camarões no sentido de tornar a instituição operacional.

IV. APRESENTAÇÃO DO SECRETARIADO DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA (ZCLCA)

36. O Secretário-Geral (SG) da ZCLCA, S.E. Wamkele Mene, saudou a presença da Vice-Presidente da CUA, Dra. Monique Nsanzabaganwa e apresentou o âmbito do Acordo da ZCLCA, os objectivos estratégicos e a estrutura proposta que permitirá ao Secretariado cumprir o seu Mandato. Explicou que a 1ª fase do âmbito é ampla e inclui o Protocolo de Comércio de Mercadorias, Comércio de Serviços e as Regras e Procedimentos para a Resolução de Litígios. Indicou que, de acordo com a decisão de Fevereiro de 2020 do Conselho Executivo, o Secretariado lançou o recrutamento para cargos de liderança. A proposta para a 2ª fase, referente às estruturas permanentes do Secretariado, também é apresentada dentro deste quadro. Sublinhou que a estrutura apresentada tinha sido desenvolvida tendo em conta estudo comparativo de outras instituições e análises da sua eficácia.

37. Salientou que a 2ª fase da estrutura proposta inclui 265 postos, com uma implicação financeira estimada em 27.349.204,58 dólares americanos. A implementação da proposta para a estrutura levaria um período de 4 anos. Com base na decisão dos

Estados-membros de evitar o financiamento de cargos políticos pelos doadores, recomendou que o cargo de Responsável Técnico fosse elevado e incluído nas estruturas permanentes do Secretariado. Apresentou o plano detalhado do efectivo com as implicações financeiras anuais escalonadas pelos 4 anos. Concluiu acrescentando que o âmbito era vasto, que as expectativas eram muito elevadas e que a fim de ter um impacto positivo na vida de africanos, o Secretariado deveria ser dotado de meios.

38. O Presidente reiterou que o Secretariado da ZCLCA tinha um mandato amplo e que a estrutura proposta apresentada respondia ao mandato que lhe foi confiado. Em seguida, deu palavra para comentários dos Membros.

39. No âmbito do actual processo de recrutamento para preencher os postos da estrutura aprovada referente à 1ª fase, foi solicitado um esclarecimento no que tange à implementação das políticas de limites das diferenças. A esse respeito, a Reunião salientou a necessidade de a Comissão da UA partilhar o parecer jurídico para esclarecer sobre a aplicação das políticas de quotas e dos limites das diferenças, bem como sobre a situação da respectiva quota de todos os Estados-membros.

40. Levantou-se uma preocupação sobre a questão da harmonização dos postos de trabalho. A reunião observou que algumas Divisões eram chefiadas por funcionários de nível P4, enquanto que os Chefes de Divisões são normalmente no nível P5.

41. Foi sugerido que a implementação da estrutura fosse feita com base nas necessidades, em vez de ser feita num prazo de 4 anos, conforme apresentado, a fim de ter em conta a capacidade de pagamento dos Estados-membros.

42. Para minimizar a implicação financeira da promoção de categorias do pessoal, o Secretariado deveria rever as mesmas dentro da unidade. Esta unidade deve igualmente ser financiada pelos Estados-membros.

43. A reunião apreciou a proposta por ter menos pessoal de apoio em comparação com o pessoal profissional de base.

44. Foram solicitados mais pormenores sobre o mandato, afectação do pessoal e interacção com outras divisões que tratam da arbitragem, na Divisão de Assuntos Jurídicos.

45. Foi levantada uma preocupação sobre as razões subjacentes à dimensão das Direcções de Finanças e Administração.

46. Na sua resposta às preocupações dos Estados-membros, o Secretário Geral (SG) explicou que se esperava que o Secretariado começasse a gerar receitas através do registo dos direitos de propriedade intelectual, registo de empresas ou diligências respectivas das empresas. Explicou ainda que existiam várias formas de gerar financiamento.

47. Quanto a limites de diferenças, o Secretário Geral, SG do Secretariado da ZCLCA afirmou que, quando os limites das diferenças foram aplicados, o número de candidatos reduziu drasticamente, o que levou o Secretariado a solicitar o parecer jurídico. Salientou que o Gabinete da Conselheira Jurídica respondeu que os limites das diferenças deviam ser aplicados de acordo com a Decisão do Conselho Executivo, "amarrando", deste modo, as mãos do Secretariado. Garantiu à reunião que não havia sobreposição com as CER, uma vez que os mandatos eram distintos. Recordou aos Estados-membros que quando o mandato do Secretariado da ZCLCA foi redigido, o Secretariado analisou todos os mandatos de todas as comunidades do continente. Entretanto, o Secretariado está a estudar formas de trabalhar em colaboração com as CER e outras instituições que trabalham nos mesmos sectores.

48. O Secretário Geral explicou que a implementação da liberalização de diferentes sectores será feita em rondas e é um processo contínuo. Prosseguiu explicando a diferença entre os mecanismos de resolução de litígios e as divisões jurídicas dentro do Secretariado, que eram de natureza muito distinta. Insistiu que apenas o Secretariado da ZCLCA tem funções de arbitragem e que nenhuma outra comunidade regional tem tal mandato.

49. O Secretário Geral do Secretariado da ZCLCA explicou profundamente os diferentes mandatos dos juristas que irão tratar da resolução de litígios e dos Assuntos Jurídicos Gerais, bem como os diferentes papéis do Gabinete do Conselheiro Jurídico na Comissão e o que existe no Secretariado da ZCLCA. Insistiu que as descrições de funções serão disponibilizadas aos membros do Subcomité. Explicou também que o Secretariado da ZCLCA tinha autonomia funcional, nos termos do Artigo 20º dos seus estatutos. No que respeita ao Gabinete de Ligação, reiterou que havia necessidade de manter a ligação política, o que estava de acordo com as práticas existentes.

50. Respondendo em nome da Comissão da UA, S.E. a Vice-Presidente recordou à reunião da apresentação sobre a implementação do sistema de quotas, onde foram partilhados os progressos sobre as políticas dos limites das diferenças. Também informou a reunião que a tabela de quotas tinha sido partilhada com todos os Estados-membros. Recordou ainda que a política dos limites das diferenças foi implementada de acordo com a Decisão do Conselho Executivo. Indicou que a política dos limites das diferenças pode chegar a um beco sem saída e que a Comissão está a trabalhar para encontrar uma solução que lhe permita implementar o sistema de quotas, mantendo ao mesmo tempo os princípios consagrados no sistema de quotas com total transparência e justiça. S.E. a Vice-Presidente destacou ainda, na sua qualidade de antiga Ministra do Comércio, as diferenças entre as funções jurídicas no seio da Comissão e do secretariado da ZCLCA.

51. O representante do Gabinete do Conselheiro Jurídico explicou que a Decisão do Conselho Executivo de Outubro de 2020 expressou a necessidade de resolver o desequilíbrio na representação dos Estados-membros. O Sistema de Quotas foi também solicitado pelo Conselho Executivo e aplicado tanto ao pessoal regular como ao pessoal de curto prazo da União. O seu objectivo era corrigir o desequilíbrio flagrante da

representação geográfica na afectação do pessoal da União. Com base nestas Decisões, a Comissão e o R10 apresentaram o novo Sistema de Quotas a nível da União, incluindo os limites das diferenças. Este sistema de quotas foi aprovado pelo Conselho Executivo em Fevereiro de 2021. Citou então o parágrafo 29 (Ex.CL 1105), sobre os critérios de aplicabilidade dos limites das diferenças que prevê duas categorias de critérios para o pessoal de gestão e tático. Explicou que a Decisão era clara e fornece os cálculos nos quais a Comissão se pode basear para aplicar os limites das diferenças. Insistiu que a lógica por detrás dos limites das diferenças era assegurar que um número mínimo de nacionais estivesse representado a nível de gestão, bem como a nível tático, dentro da União.

52. O representante do Secretariado da ZCLCA informou a reunião que o Financeiro trata das actividades do dia-a-dia, das transacções relacionadas com aquisições e dos vários requisitos estatutários dos estados partes do Secretariado da ZCLCA sem comprometer a segregação de funções em conformidade com o Regulamento Financeiro.

53. Foi acordado que o nome da Direcção Jurídica deveria ser alterado para passar a designar-se Direcção de Resolução de Litígios e Assuntos Jurídicos para evitar qualquer confusão com a Gabinete do Conselheiro Jurídico na Comissão.

54. O representante da Gabinete do Conselheiro Jurídico explicou que o Secretariado da ZCLCA não só deveria ter mais juristas, mas seria benéfico para a União que todos os Órgãos tivessem as suas próprias Unidades Jurídicas. Explicou que, de acordo com o Acto Constitutivo, o Presidente da Comissão supervisiona todos os Órgãos da União. O Gabinete do Conselheiro Jurídico, continuará a ser o principal depositário dos acordos e assessor quando se tratar de questões institucionais. Insistiu que o Gabinete do Conselheiro Jurídico estava plenamente empenhado na elaboração dos Estatutos da ZCLCA.

55. A Revisão da Política e Investigação da ZCLCA e Mulheres e Jovens no Comércio em MSNEs serão despromovidos para P5 e serão integrados sob responsabilidade de um Director. Os cargos de escalão P6 serão também despromovidos de acordo com as necessidades.

56. Pediu-se um esclarecimento sobre se o estabelecimento fornecido pelo país anfitrião seria suficiente para albergar toda a estrutura.

57. Quanto à sugestão sobre se não seria possível esperar pela entrada em vigor do Protocolo para iniciar o recrutamento de alguns cargos, o Secretário Geral do Secretariado da ZCLCA respondeu que a implementação da ZCLCA já tinha começado e que as negociações estão em curso. Além disso, é necessário muito trabalho preparatório antes do lançamento de qualquer Acordo de Protocolo. Acrescentou ainda que decorriam discussões com o país anfitrião para expandir o estabelecimento graciosamente oferecido.

58. Foi feita uma sugestão para realizar uma reunião específica para discutir a harmonização de todos os postos jurídicos em todos os Órgãos.

59. O Presidente concluiu este ponto da agenda da reunião resumindo a deliberação: da seguinte maneira:

- a. Os Estados-membros expressaram o seu apoio à estrutura apresentada, mas reiteraram a necessidade de uma estrutura mais simples;
- b. Necessidade de rever a estrutura com vista a despromover algumas categorias dos cargos;
- c. Harmonização das categorias de cargos no seio do Secretariado da ZCLCA, da Comissão e em todos os Órgãos da União;
- d. Sobre a política de limites de diferenças que devem ser aplicados em paralelo com outros princípios do Sistema de Quotas;
- e. O Secretariado da ZCLCA deve anexar as descrições de funções para todos os cargos propostos;
- f. Deve considerar a alteração do nome da Direcção Jurídica para Direcção de Resolução de Litígios e Assuntos Jurídicos;
- g. Deve rever a estrutura de acordo com as alterações feitas e finalizar o documento até ou antes de Sexta-feira, 20 de Agosto de 2021, e as descrições de funções a estarem prontas até 27 de Agosto de 2021;
- h. Apreciar a contribuição do Gana em prol da operacionalização do Secretariado da ZCLCA.

V. CONCLUSÕES DO DIA

60. A Presidente concluiu a sessão do dia agradecendo a todos os delegados que participaram na reunião. Uma vez que os pontos da agenda não foram todos revistos devido ao tempo, a Presidente informou a reunião de que uma reunião subsequente se realizará o mais breve possível. A Presidente agradeceu a todos os membros da Comissão e os Órgãos, bem como aos intérpretes, e encerrou a reunião.

Sessão de 27 de Agosto de 2021

VI. INTRODUÇÃO

61. O Subcomité de Reformas Estruturais reuniu-se a 27 de Agosto de 2021 sob a presidência de S.E. Churchill Ewumbue - Monono, Embaixador e Representante Permanente da República dos Camarões junto da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para Africa para África.

62. Sua Excelência S.E. o Embaixador da República dos Camarões deu as boas-vindas aos participantes da reunião e recordou-lhes que o Secretariado tinha apresentado estruturas prioritárias a serem revistas por este Subcomité, indicando que até agora, a Subcomité tinha adoptado seis estruturas com emendas. Esta reunião foi dedicada à revisão da estrutura da Agência Espacial Africana (AfSA) e as estruturas revistas do Secretariado da ZCLCA e do MAAP.

63. O Secretariado confirmou que todas as estruturas tinham sido distribuídas em todas as quatro línguas.

64. A Agenda foi adoptada sem emendas.

VII. APRESENTAÇÃO DA AGÊNCIA ESPACIAL AFRICANA (AfSA)

65. O Secretariado indicou que a estrutura da Agência Espacial Africana (AfSA) seria apresentada pelo Director do Departamento de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ESTI), Dr. Mahama Oudraougo e que incluía 175 postos, com um custo de implementação estimado em 15,6 milhões de dólares americanos.

66. O Dr. Mahama Ouedraogo apresentou a estrutura da AfSA. Explicou que a Agência tinha muitas vantagens e tratava de questões como a Agricultura e outros domínios que impulsionam o crescimento e transformação africanos. A criação da AfSA foi solicitada pelas Decisões 744, 746 e 747 do Conselho Executivo, bem como pela Decisão 589 da Conferência para desenvolver a capacidade em áreas como Política e Estratégia Espacial. Propõe-se que AfSA seja como Órgão. Ela irá colaborar com Agências Nacionais e Internacionais e impulsionar os compromissos multilaterais nesta área dentro do continente. O Órgão será chefiado por um Director-Geral a um nível D1 escalão 10. O Director apresentou a estrutura da Agência em pormenor e com as funções e composição de cada gabinete. Um total de 175 postos de trabalho a serem preenchidos em 3 fases. A 3ª fase é onde se espera que a Agência esteja operacional e que seja lançada dentro de 5 anos. Concluiu indicando que os países africanos já gastaram mais de 4 bilhões de dólares americanos na criação de programas espaciais e que 21 países africanos já possuem programas espaciais. A criação da AfSA garantirá que os países africanos tenham esforços mais coordenados e atinjam um melhor valor para o seu dinheiro através da colaboração.

67. O Presidente saudou a presença do Comissário para a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ESTI) e solicitou ao Secretariado que fizesse circular a apresentação, uma vez que era mais clara do que o documento divulgado. Seguidamente, deu a palavra para discussões.

68. Houve uma sugestão para que se alinhasse os postos com os da Comissão, se acrescentasse um Director-geral Adjunto na categoria de P6, uma unidade de gestão da qualidade, auditoria separada e funções de M&A.

69. O representante do Egípto indicou que o Governo do Egípto prestará apoio à Agência, o que reduzirá algumas das implicações financeiras da Agência. Anunciou também que o Governo do Egípto atribuiu 10 milhões de dólares para o lançamento e implementação da AfSA.

70. Sugeriu-se que o Gabinete do Director-geral fosse composto por dois assistentes, porém, reduzindo o número de funcionários dos Serviços Corporativos, incluindo os Assuntos Jurídicos e os Serviços de Segurança.

71. A abordagem faseada dentro de 5 anos foi apoiada, uma vez que estava alinhada com o princípio de capacidade de financiar, com base nas necessidades e implementação pragmática.

72. Foi sugerida a necessidade de uma maior racionalização na qual as Direcções devem ser reduzidas a Divisões. Os chefes de Divisão deveriam também ser de categoria P5. Foi solicitada a despromoção de alguns cargos a nível profissional e promoção de cargos de liderança o nível GSB7, a fim de harmonizar com os cargos da Comissão.

73. Foram feitas sugestões para harmonizar as nomenclaturas, tais como as Divisões e as respectivas chefias, o Director-Geral deveria estar ao nível de D1 e não ao escalão 10.

74. Foi solicitado que fosse incluído um apêndice das descrições das funções.

75. Pediu-se esclarecimento sobre: se as unidades sobre Aplicações de Astrologia e Espaciais não estavam a tratar das mesmas questões; se estava ou não previsto um programa de desenvolvimento de capacidades nas actividades da Agência; e ainda, sobre os métodos de trabalho e colaboração da Agência com as Agências Espaciais nacionais no continente.

76. O Dr. Mahama expressou o seu apreço ao Governo do Egípto pelos seus esforços para a operacionalização da Agência. Tomou nota dos comentários no tocante a racionalização e alinhamento dos cargos; garantiu também à reunião que as descrições de funções serão fornecidas em colaboração com a Direcção de Gestão de Recursos Humanos. O acréscimo do posto de Director-Geral Adjunto não estava previsto nos Estatutos, pelo que o Departamento pretendia ser orientado pelos Estados-membros. Em termos de redução do número de cargos, sugeriu que a Agência exigia que os cargos propostos lhe permitissem funcionar com bons padrões de qualidade. Sublinhou que a proposta se baseava em padrões de referência com outras instituições. Reiterou que para que África estivesse bem representada na área precisava de investir nela.

77. Explicou que a razão pela qual o cargo de DG foi proposto no Escalão 10 foi para se diferenciar dos outros directores dentro da Agência, no entanto, o Director responsável pelos Recursos Humanos estudará a forma como ele pode ser harmonizado. A UPA, sediada na África do Sul, está concentrada em proporcionar o

desenvolvimento de capacidades aos países africanos no domínio. Reiterou que o Conselho desta Agência será composto por pessoal das Agências Espaciais Nacionais, o que reforçará a coordenação da Agência e das Agências Nacionais. A localização das estações terrestres ainda não foi decidida e necessita que sejam feitas discussões e avaliações técnicas a serem realizadas antes da tomada uma decisão.

78. Outro representante da Direcção tomou a palavra para prestar esclarecimentos adicionais. Sublinhou que a Agência era muito importante para o continente. Confirmou que existe uma Divisão dedicada à capacitação dos países africanos e lembrou que existe um Instituto Universitário Pan-Africano de Ciências Espaciais cujo objectivo é assegurar que haja estudantes africanos com o objectivo formação adequada sobre o assunto.

79. O Perito Espacial da Comissão também tomou a palavra e assinalou que, no que diz respeito à Lei e Regulamentos Espaciais, a África está ausente na arena internacional em matéria de tráfego espacial bem como questões jurídicas. A Segurança e a Gestão de Instalações são de maior importância porque existem infra-estruturas de alto valor. As Finanças e Aquisições irão tratar de actividades com mais de 122 instituições com quatro segmentos. O Comissário salientou também que o Espaço é muito caro, por conseguinte, a Agência manuseia uma elevada quantidade de transacções financeiras. A Agência irá desempenhar um grande papel de coordenação, gestão do conhecimento e outras áreas muito críticas para o desenvolvimento do continente.

80. Na sua competência, a Presidência resumiu o seguinte:

- a) Saudar a importância da AfSA, em harmonia com a Agenda 2063;
- b) Expressar a sua gratidão ao Governo do Egipto por acolher o AfSA e pelos 10 milhões de dólares que alocou para a operacionalização do escritório;
- c) Reconhecem a necessidade de alguma racionalização na estrutura e solicitam descrições de funções para os cargos antes da reunião do CRP, e, na sequência da racionalização proposta, bem como o custo revisto da estrutura;
- d) Apoiar a estrutura proposta com as alterações feitas para harmonização, implementação do plano proposto e partilha da apresentação do Director com os Estados-membros;
- e) Alinhar os postos com os dos órgãos similares da União, acrescentar um cargo de Director-Geral Adjunto, uma Unidade de Gestão da Qualidade, e separar a Auditoria da Unidade de M&A.

VIII. ANÁLISE DA ESTRUTURA ALTERADA DO MAAP

81. O Secretariado solicitou ao Director Executivo do MAAP que fizesse a apresentação e informou a reunião que as descrições de funções tinham sido distribuídos

aos membros do Subcomité. A estrutura revista inclui 114 cargos com a estimativa de custos de 11 milhões de dólares.

82. O Prof. Maloka, o Director Executivo do MAAP lembrou ao Subcomité que MAAP estava a apresentar o projecto de estrutura pela quarta vez e pretendia apresentar as implicações financeiras de acordo com o pedido da reunião anterior.

83. O representante do MAAP recordou a reunião os antecedentes históricos e os princípios sobre os quais o presente projecto está a ser apresentado. O Secretariado da MAAP informou a Reunião de que alguns postos tinham sido despromovidos conforme a recomendação, 43 postos tinham sido retirados, os postos de P1 tinham sido aumentadas e os de GSA, P3 a P5 tinham sido reduzidas. O custo total estimado é de 11,4 milhões de dólares, e propôs a implementação da estrutura num período de três anos.

84. A reunião expressou o seu apoio à proposta, uma vez que todas as observações tinham sido tomadas em conta.

85. A presidência concluiu que:

- a) A estrutura revista é aprovada; e
- b) As descrições das funções sejam partilhadas com os Estados-membros antes da 42ª Sessão do CRP.

IX. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA REVISTA DA ZCLCA

86. O Secretariado confirmou que a estrutura revista e as descrições das funções tinham sido submetidos em inglês.

87. O Presidente deu a palavra para discussões, salientando que a reunião só deve concentrar-se nas emendas recomendadas durante a reunião anterior.

88. O Chefe de Gabinete do Secretariado da ZCLCA, Sr. Silver Ojakol, e a Sra. Fatma Yusuf, representante do Secretariado da ZCLCA, apresentaram as emendas feitas à estrutura proposta para o Secretariado da ZCLCA, de acordo com as recomendações da reunião de 22 de Julho.

89. Ela informou a Reunião que as descrições de funções distribuídas em inglês serão apresentadas com as respectivas traduções e partilhadas com os Estados-membros. A racionalização fez poupanças de 772.597,21 dólares americanos e uma redução de 4 postos atingindo um total de 292 postos. No entanto, o Secretariado da ZCLCA solicitou que a reunião considerasse 4 postos adicionais, que teriam menos implicações financeiras e poupanças adicionais de USD 158.261,29.

90. A reunião voltou a salientar que as descrições das funções devem ser acompanhadas de qualificações

91. A reunião, por conseguinte, aprovou a estrutura proposta incluindo os 4 postos, mantendo o número total de 296.
92. Foi solicitado um esclarecimento sobre as implicações financeiras dos 4 postos adicionais e se estes postos não podem ser acrescentados numa fase posterior.
93. A representante da ZCLCA explicou que o Oficial de Certificação era fundamental para efeitos de conformidade e "auditoria em tempo real". Reiterou que o posto Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) ao nível P4, o Responsável de Certificação ao nível P2 e o desenvolvimento da aplicação digital ao nível P2 são os postos mais críticos. Quanto ao plano de implementação, no primeiro ano serão recrutados apenas 100 funcionários, uma vez que 31 postos já foram preenchidos.
94. O Chefe de Pessoal esclareceu os postos referentes a Barreiras Técnicas ao Comercio (TBT) e Sanitário e Fitossanitário (SPS). Ele informou a reunião que o TBT lida com normas sobre equipamento e o SPS trata de normas sobre o que comemos. Relativamente ao Comércio Digital, explicou que devido à Pandemia da COVID-19, a maior parte do comércio está a ser feita online. Foi desenvolvida uma aplicação digital e o Secretariado da ZCLCA estava a lidar com muitas empresas digitais. Concluiu dizendo que a estrutura proposta é apenas composta pelos postos mais críticos e não pode reduzir quaisquer outros cargos.
95. No que tange à implementação faseada, foi levantada uma preocupação sobre o elevado número de funcionários a serem recrutados no momento em que as negociações ainda estão a decorrer.
96. Foi solicitado um esclarecimento sobre qual a Direcção que irá lidar aco a questão da industrialização.
97. A presidência concluiu que:
- a) A estrutura revista é aprovada; e
 - b) As descrições das funções devem ser partilhadas com os Estados-membros antes da 42ª Sessão do CRP.

X. Diversos

98. O Representante da Guiné Equatorial manifestou a sua preocupação pela não disponibilidade de documentos em espanhol e solicitou que, antes da 42ª Sessão do CRP todos os documentos estivessem disponíveis em espanhol.
99. O Secretariado deve consultar o Gabinete do Conselho Jurídico (OLC) para esclarecer se a adopção destas estruturas deve ser feita ao nível do Conselho Executivo ou da Conferência.

XI. CONCLUSÕES

100. O Presidente, S.E. Embaixador da República dos Camarões encerrou a sessão depois de agradecer a todos os delegados pela sua participação na reunião. Agradeceu também a todos os membros d Comissão pelo apoio que prestaram ao Subcomité, especialmente aos intérpretes. Informou a reunião que o Secretariado preparará relatório em todas lingas de trabalho e o mesmo será distribuído a todos os Estados-membros. O Relatório foi adoptado na reunião do subcomité realizada no dia 17 de Setembro de 2021.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2021-09-27

Report of the Sub-Committee on Structural Reforms

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/10325>

Downloaded from African Union Common Repository